

A "favela dos ricos". Processos de urbanização na encosta de uma cidade do Noroeste de Portugal

The "favela of the rich". Urbanization processes on the hill of a city in the Northwest of Portugal

Miguel Melo Bandeira

Centro de Estudos em Geografia e Ordenamento do Território
Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade; Instituto de Ciências Sociais
Universidade do Minho, Portugal
bandeira@ics.uminho.pt

Carlos Veloso da Veiga

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade
Departamento de Sociologia; Instituto de Ciências Sociais
Universidade do Minho, Portugal
cveiga@ics.uminho.pt

Patrícia Veloso da Veiga

Ph.D. School of the Built Environment
University of Nottingham, United Kingdom
pat.veiga@gmail.com

Resumo

Este artigo apresenta os resultados do estudo realizado na área da expansão urbana da cidade de Braga, situada na região do Minho, Norte de Portugal, para os terrenos rurais da encosta do Bom Jesus. Essa expansão tem sido feita com base em casas de luxo predominantemente construídas pelos seus proprietários. Com base num questionário aplicado a uma amostra de habitantes da aqui chamada "favela dos ricos", este artigo teve como objetivo expressar os aspectos sociais, arquitetónicos e urbanos em sua estrita relação com o ambiente onde estão localizados. A análise focaliza-se nas formas de ocupação do espaço e de transformação da paisagem levada a cabo por uma nova elite, que faz da moradia o símbolo mais visível da sua ascensão social. Mostramos também o modo como nos processos de urbanismo os custos da energia e os fatores energéticos de eficiência e sustentabilidade ambiental estão incorporados nas percepções e hábitos dos seus proprietários e refletidos no projetos de construção das suas moradias.

Palavras-chave: urbanização; encosta; favela; elite; questões energéticas.

Abstract

This article presents the results of the study carried out in the area of urban expansion of the city of Braga, located in the Minho region of northern Portugal, to the rural lands of the Bom Jesus slope. This expansion has been made based on luxury homes predominantly built under the direction of their own residents. Based on a questionnaire applied to a sample of inhabitants of the so-called "favela of the rich", this article aims to express social, architectural and urban aspects in their strict relation with the environment where they are located. The analysis focuses on the forms of occupation of space and transformation of the landscape developed by a new elite, that makes the house the most visible symbol of its social ascent. We also show how urbanization processes energy costs and energy factors, efficiency and environmental sustainability, are incorporated into the perceptions and habits of their homeowners and reflected in the construction projects of their houses.

Keywords: urbanization; slope; favela; elite; energy issues

1. INTRODUÇÃO

O intenso crescimento urbano vivido nas últimas 4 décadas da democracia portuguesa (pós-25 de abril de 1974), em particular desde a afirmação da autonomia do poder local, reconhece-se também nos particularismos territoriais. Designadamente, tem vindo a ser perceptível ao longo das suaves vertentes montanhosas que envolvem os principais aglomerados da região portuguesa do Minho. É o caso do município de Braga, a qual, com os seus 181 528 habitantes, segundo os dados demográficos de 2015¹, é maior cidade da região do Minho, Norte de Portugal. Na sua área envolvente têm-se assistido a uma proliferação de novas habitações, privilegiadamente do tipo moradia, que têm vindo a ocupar muitas das antigas quintas rurais das encostas montanhosas adjacentes, no perímetro urbano daquilo que muito canonicamente insistimos em chamar de cidade. Por um lado, mais do que o atrativo mimético de uma vista sobre a cidade como elemento potencial de sedução dos seus promotores, a modos de evocar a cosmopolita *L.A.* das películas cinematográficas, aquela proliferação oferece todos os motivos para abordar os processos formais, e outros mais expeditos, do urbanismo de contato entre o centro da cidade e o extinto mundo rural periférico. Ao mesmo tempo permite também revelar outras facetas da transformação da paisagem, como sejam o investimento privado em arquitetura, ou a oportunidade para indagar os critérios estéticos e estilísticos da edificação, os padrões de conforto, os indicadores de qualidade e os estilos de vida, muito particularmente, a forma de utilização dos recursos financeiros por parte dos estratos mais robustos da sociedade bracarense no dealbar do século XXI. Por outro lado, merecem também atenção os crescentes valores de concentração/densidade do edificado, a ausência de produção de espaço público e a distância social dos novos habitantes da vida quotidiana dos antigos moradores, ou seja, dos residentes autóctones instalados ainda sob uma lógica sucessória do ordenamento rural antecedente.

O aparecimento da aqui designada por “favela dos ricos”² é mais um episódio da perda pela cidade de Braga da sua tradicional fisionomia rural, enquanto indicador forte das políticas autárquicas que elegeram a maior parte das freguesias do município como sendo urbanas (72,5%), relegando assim a qualidade de “rural” apenas 17 freguesias da coroa periférica NE e SW do respetivo concelho.

¹ Fonte: www.pordata.pt/Municípios.

² O uso do termo “favela dos ricos”, mais do que uma metáfora premeditada, como em tantos outros casos de midiaticização de uma expressão particular adquirida, resultou de um acaso, de um desabafo espontâneo a propósito de uma entrevista que um dos autores deu a um órgão de comunicação social de grande expansão do Norte de Portugal. A palavra favela, devido à associação pejorativa com os assentamentos em encosta do Brasil, principalmente na cidade do Rio de Janeiro, lugares degradados onde as pessoas mais pobres vivem. Esta designação teve também um grande impacto sobre alguns dos principais meios de comunicação portugueses e sobre os moradores da encosta do Bom Jesus, que não gostaram de ver as suas casas de luxo e a área onde eles vivem ser comparada com uma “favela”. Embora sejam realidades urbanísticas e socioeconómicas bem diferentes, as “favelas” e a “favela dos ricos” têm características semelhantes no que diz respeito aos seus impactos nas encostas onde se localizam.

À desafetação de vastas extensões de solos agrícolas, integrantes das numerosas “quintas” que existiram até ao princípio dos anos de 1970, muitas delas bem encravadas no âmago do núcleo urbano, por se situarem nos intervalos sobrantes do crescimento radial da cidade, juntou-se o forte estímulo à construção, sobretudo de habitação - que tanto beneficiou as finanças locais – e a opção privilegiada pelo estímulo económico-político a favor da construção civil e das obras públicas. Estes fatores foram determinantes para a transformação radical da paisagem urbana de Braga e das suas imediações. Uma explosão de construção civil, que, todavia, nos últimos tempos, vem reconhecendo um tendencial arrefecimento, que entre outras variáveis, se expressava segundo os censos de 2011 em 84.754 alojamentos e 38.913 edifícios, compreendendo um número médio de 2,2 alojamentos, a que se juntou o espantoso valor de mais de 19 mil alojamentos desocupados.

A proximidade do centro da cidade às vertentes da elevação verdejante da encosta do Bom Jesus, orientou o surto construtivo por essa encosta acima. Antes, porém, num primeiro momento ocupou a veiga esquerda do rio Este. Primeiro a freguesia de S. Lázaro, depois S. Vítor e Maximinos/Lomar, para depois se desenvolver, de modo mais intenso, neste quadrante-

Tendo este processo intenso de urbanização se iniciado nas cotas mais baixas e planas, rapidamente as galgou, mostrando tendência para subir as vertentes mais declivosas destas freguesias, e incorporando outras, como Fraião e Nogueira. As freguesias de Lamações (2,16 km²) e Nogueiró (2,81 km²), que constituem a área-alvo do presente estudo, sendo hoje classificadas de “predominantemente urbanas”, eram, há três décadas atrás, inequivocamente rurais, quer consideremos a ocupação dominante do uso do solo, o povoamento ou o modo de vida dos seus habitantes (Figura 1).

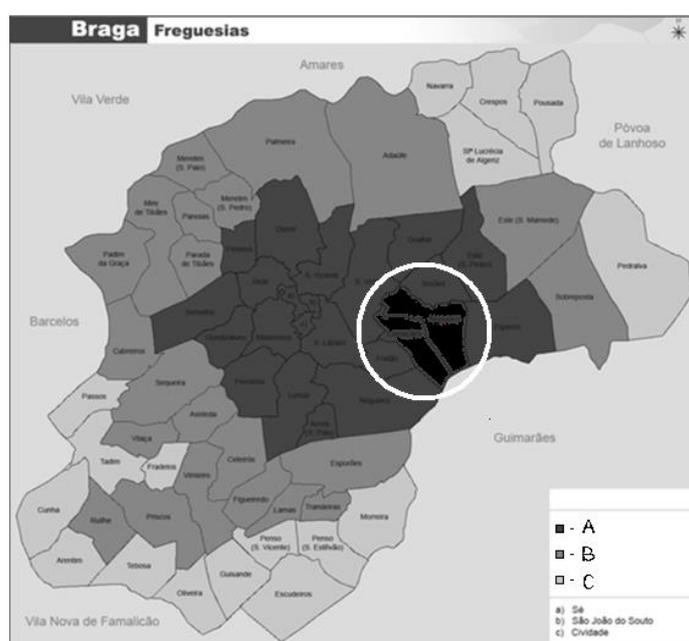


Figura 1: Mapa das freguesias do concelho de Braga

Fonte: Adaptado de [wikimedia.org/wikipedia/commons/c/c2/Braga_freguesias.png](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Braga_freguesias.png); 15/XII/2009

Numa primeira fase, promoveu-se a ocupação do edificado ao longo dos antigos caminhos rurais, hoje asfaltados, que davam acessos às primitivas quintas, para depois, numa segunda fase, a partir do retalhamento e loteamento dos socalcos dessas mesmas quintas, ir-se continuamente adensando a área edificada (Figura 2). Desde logo, com forte simbólico, a partir do atrativo das vistas panorâmicas sobre a cidade, pela possibilidade de a partir das novas moradias se poder desfrutar de um observatório privado sobre a cidade. Ousaríamos dizer, uma espécie de epifenómeno do mito tentador de dominação simbólica, do *exercício do poder sobre os outros* (Mt I, 4, 8-9). Dir-se-ia, a modos do imaginário cinematográfico...*a cidade a seus pés!* Ensaio que perscrutado noutros rastros memoriais, de algum modo nos poderia ainda levar à tradicional vista de *Braga por um canudo*, um dos mitos urbanos locais (BANDEIRA, 2010). É inegável, porém, que os apelativos mais diversos se impuseram estreitamente associado aos enleios da proximidade à natureza, aos marcos fisionómicos de uma ruralidade qualificada, da abundância de coberto vegetal proporcionadora de sossego e de intimidade privada.



Figura 2: Vista panorâmica da urbanização da encosta do Bom Jesus

Na tentativa de compreensão e explicação do fenómeno os objetivos deste estudo, a seguir formulados, contam com o olhar cruzado dos campos da Geografia, da Sociologia e da Arquitetura Ambiental. Ao focalizar uma das áreas da encosta mais urbanizadas da cidade de Braga, a encosta do Bom Jesus, na Freguesia de Lamações, procuramos identificar, compreender e, dentro do possível, explicar os fatores associados à construção massiva de habitações em novas urbanizações localizadas em encostas, tais como: a) caracterizar o processo de urbanização em curso; b) identificar o estatuto socioeconómico dos moradores e das suas motivações para comprar ou

construir moradias na encosta; c) determinar os efeitos sociais, arquitetónicos, urbanísticos, estéticos e ambientais decorrentes dessas motivações; d) compreender os impactos do crescente adensamento habitacional, na sua relação estreita com os condicionalismos ambientais da área onde se inserem, bem ainda como a sustentabilidade que auferem no âmbito do planeamento e ordenamento do território.

2. METODOLOGIA

2.1. Delimitação da área de pesquisa

Procedeu-se, em primeiro lugar, a um reconhecimento do terreno em profunda articulação com a cartografia e as representações visuais mais expeditas da área abrangida, que foi feita através de análise documental, fotografias, vídeos e mapas. Importava delimitar uma área-alvo que, na medida do possível, por utilidade estatística pudesse coincidir com uma unidade territorial administrativa, de forma a dispor de informação quantitativa de enquadramento. Embora se reconhecesse que o fenómeno em causa fosse extenso e fragmentado, admitiu-se que o terreno da investigação se devesse conter no território do município de Braga.

Perscrutados alguns dos trechos de povoamento, estabelecidos com base nos principais acessos de penetração na encosta, particularmente, nos tramos em que os declives principiavam a acentuar-se, procurou-se identificar os espaços de contato entre os núcleos de edificado, coevos ao uso predominantemente agrícola do território envolvente, e os novos loteamentos de moradias. Assim, foram delimitados dois sectores integrantes das freguesias de Lamações e de Nogueiró, consideradas formalmente como espaço pertencente à “cidade”, e que apresentavam as características morfológicas adequadas à concretização dos objetivos do estudo atrás apresentados.

2.2. Procedimentos de recolha de dados

Num segundo momento procedeu-se à elaboração de um questionário para aplicar à população residente (inquilinos/proprietários). O referido questionário encontrava-se dividido em cinco partes, com as seguintes finalidades: 1) caracterização geral da habitação (implantação, orientação da fachada, ano de construção, modo de aquisição, tipologia, áreas e pisos) ; 2) caracterização dos fatores energéticos e de conforto (tipo de tecnologias instaladas e sua satisfação, custos energéticos, locais e modos de aquecimento e arrefecimento); 3) caracterização do nível de satisfação com a moradia (atuais e anteriores); 4) caracterização do grau de percepção energética dos moradores (localização, orientação, luz solar, tecnologias, qualidade do ar exterior) 5) caracterização socioeconómica do “chefe de família” (género, idade, local de origem geográfica,

escolaridade, condição perante o trabalho, situação profissional, rendimento económico) e motivações para habitar no local.

Depois de uma estimativa do número de moradias existentes na área a considerar, para efeitos de aplicação do questionário aos moradores foi selecionada aleatoriamente uma amostra inicial de duzentas e cinquenta habitações, estratificada em função dos tempos distintos de edificação: o edificado mais recente, das duas a três últimas décadas, genericamente constituído por residências unifamiliares, implantadas em lotes individuais; e as casas mais antigas, alinhadas ao longo dos estradas/caminhos rurais pré-existentes, com tendência para se concentrarem, paredes meias, nos cruzamentos. Os questionários foram distribuídos porta-a-porta, com a sua apresentação a ser feita pelos entrevistadores, sempre que foi possível, para se estabelecer um contato pessoal e direto com os inquiridos. O preenchimento dos questionários foi feito diretamente por um dos moradores (em geral pelo designado “chefe de família) sendo recolhidos posteriormente pelos entrevistadores nas respetivas moradias. O retorno obtido em número de questionários, após várias tentativas junto dos moradores, quedou-se em 96 o que corresponde a cerca de 38,5% da população estimada.

3. RESULTADOS

3.1. Enquadramento físico-ambiental

Do ponto de vista físico-ambiental as vertentes por onde se tem processado a expansão urbana da encosta, objeto ao presente estudo, merecem uma consideração particular. Desde logo, porque a topografia se oferece como fator condicionante. Numa apreciação genérica, a encosta assenta numa estrutura geológica constituída por granitos e xistos (corneanas)³, intercalados de alguns aluviões e depósitos superficiais recentes ao longo das linhas de água. De acordo com o estudo efetuado por Carla Freitas, a vertente condicionada a partir do rio Este é significativamente variada, exibindo inúmeras rechãs compreendidas entre os 200mts basais e os topos elevados por volta dos 500mts de altitude⁴. Também os declives podem variar entre os 32% (Tenões) e os 8%, sendo que, “a área oriental, representada pelas vertentes de Monte Frio e do Sameiro, apresentam de igual modo declives significativos, na ordem dos 24-32%, tendo, no entanto, as rechãs maiores dimensões” (FREITAS, 2000, p.46).

³ Segundo Freitas (2000:47), “as manchas de corneanas pelíticas e quartfeldspáticas, funciona localmente como um factor de erosão diferencial, às quais corresponde o maior número de retalhos aplanados de maior dimensão, mas de menor altitude, o que se explica pela sua menor resistência à erosão que os granitos envolventes”.

⁴ Os pontos mais elevados são: Sameiro (572mts); Santa Marta (562mts); Monte Frio (548mts); e Santa Maria Madalena (442mts).

De facto, segundo Freitas (2000, p.47), se observarmos o esboço de declives do local permite-nos observar que uma parte substantiva das vertentes da área-objeto – dir-se-á mais de Nogueiró, do que de Lamações - desfruta de declives superiores a 16%. Segundo o critério de Santos; Salcedo; Candeias (2002) são considerados de “meia-encosta” (15-40%), tendo em consideração que para fins de urbanização o “limite máximo recomendável é de 12%, implicando edificações com fundações profundas, podendo ir aos 16% se houver terraceamento”.

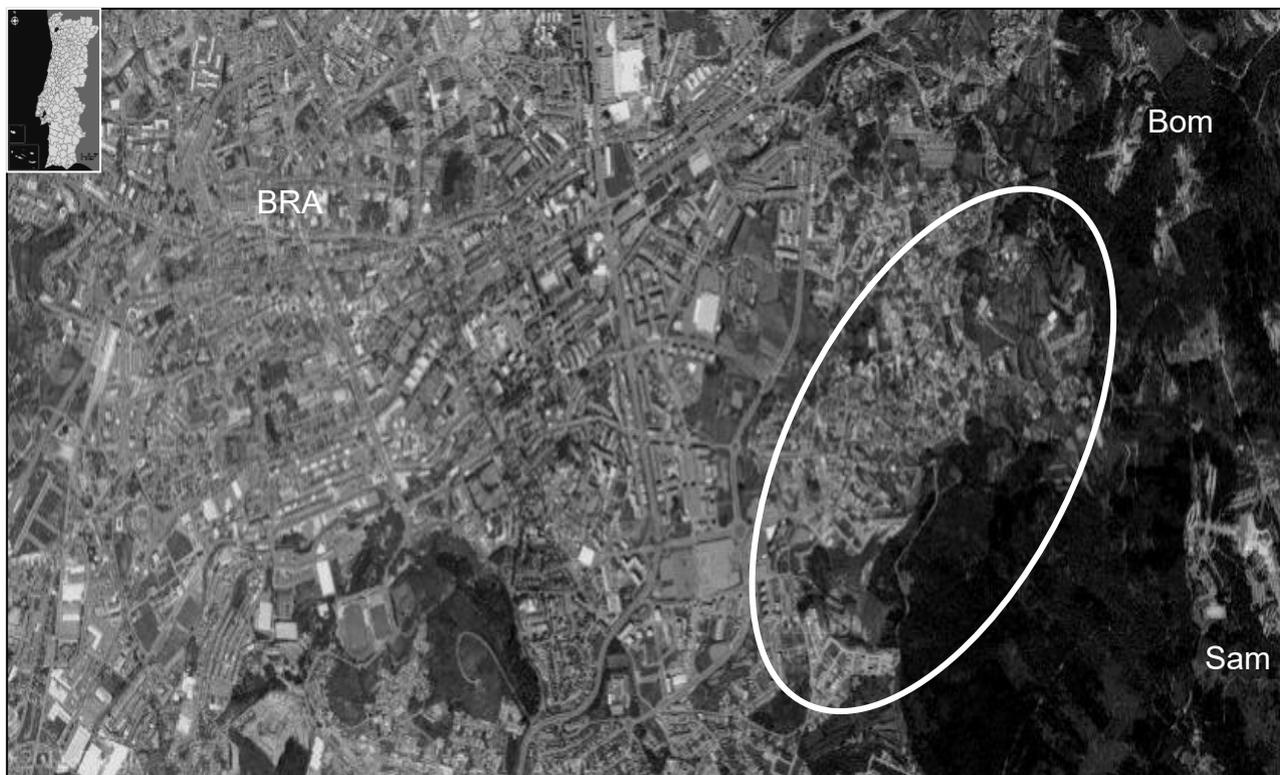


Figura 3: Vista aérea da cidade de Braga com sinalização da encosta estudada

Aliás, se considerarmos os parâmetros patentes no enunciado da Reserva Ecológica Nacional (REN)⁵, entre outras finalidades, referente aos condicionantes do uso do solo para a edificação, os valores de declive $\geq 16\%$, é reconhecido, implicam significativos custos adicionais não só no plano das infraestruturas urbanas como também na necessidade de realizar obras de sustentação e estabilização do solo.

No estudo levado a cabo por Teles e Laranjeira (2006), que incidiu no município de Braga, e onde mereceu um enfoque particular a indagação da *inadaptação ecológica à edificação no vale de Lamações*, podemos constatar que a relação dos declives com o edificado, atribui aos fatores morfológicos, ainda que não exclusivamente, um papel determinante na alteração das dinâmicas biofísicas do território. Salientando-se, neste plano de condicionamento, o efeito exercido no

⁵ - Decreto-Lei 93/90 de 19 de Março, do qual se salienta o anexo III – que se reporta à definição de áreas de risco de erosão, em particular, no caso que nos interessa, às áreas declivosas e as de recarga de aquíferos, com têm implicações diretas nos sistemas de escorrência.

escoamento e acumulação das águas pluviais, no microclima (radiação/exposição, ventos, etc.) e na vegetação. Desde uma perspectiva sistémica fundamentada, as autoras Teles e Laranjeira (2006) procuraram através dos *processos ecológicos*, designadamente do emprego do método de Inadaptação Ecológico à Edificação e das condicionantes biofísicas à ocupação urbana distinguir diferentes graus de aptidão à edificação com base na estrutura física fazendo uma síntese das principais condicionantes naturais à edificação. Sobrepondo os parâmetros considerados da REN e do denominado método simplificado de IEE, para o caso que nos ocupa, resultam como potenciais áreas *non ædificandi e de edificação condicionada*, os seguintes contextos apresentados na tabela 1:

Tabela 1: Parâmetros da REN e do método simplificado DE IEE

SUBSISTEMAS MORFOLÓGICOS	REN	IEE
<i>Topo</i>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Cabeceiras de linhas de água – áreas côncavas na zona montante das bacias hidrográficas 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Áreas aplanadas contíguas às cumeadas, de máxima infiltração – declives $\leq 5\%$
<i>Vertente</i>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Áreas com risco de erosão – declives $\geq 30\%$ 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Áreas em que a edificação com terraceamento já não é aconselhável – declives $\geq 16\%$ ▪ Áreas sombrias e húmidas – exposição a Norte

Fonte: Teles e Laranjeira (2006)

Se observarmos o extrato da “carta de aptidão à edificação” (Figura 4), executada por Teles e Laranjeira (2006), para a nossa área-alvo, que visa classificar os níveis de adaptação/inadaptação desta para a urbanização, podemos constatar, de um relance só, a existência de uma mancha significativa que é considerada como inapta do ponto de vista ecológico para a edificação. Atente-se particularmente nas manchas a negro que correspondem às áreas com declives superiores a 16%.

Sem mais delongas, em acordo com Freitas (2000), daqui se depreende, uma considerável extensão das freguesias de Lamações e Nogueiró, embora genericamente desfrutem de um conjunto de rechãs e de áreas que lhe atribuem o estatuto de área de “vertentes de declive moderado”. Assim, considerando a significativa e desmembrada mancha de terrenos declivosos (alguns com trechos de declives $>30\%$), frentes de exposição a Norte e NNW, bem como áreas de recarga de aquíferos, pode-se dizer que vastos sectores que não reúnem aptidão construtiva, pelo que a edificação, em muitos casos deveria ter sido interdita. Para tal, bastaria só recordar a existência de uma rede hidrográfica disseminada, entalhada por alguns valeiros profundos e desorganizada pela construção não planeada, que ao ser municuada por cabeceiras promotoras de um acentuado desnível, podem suscitar o risco de movimentos de vertente.

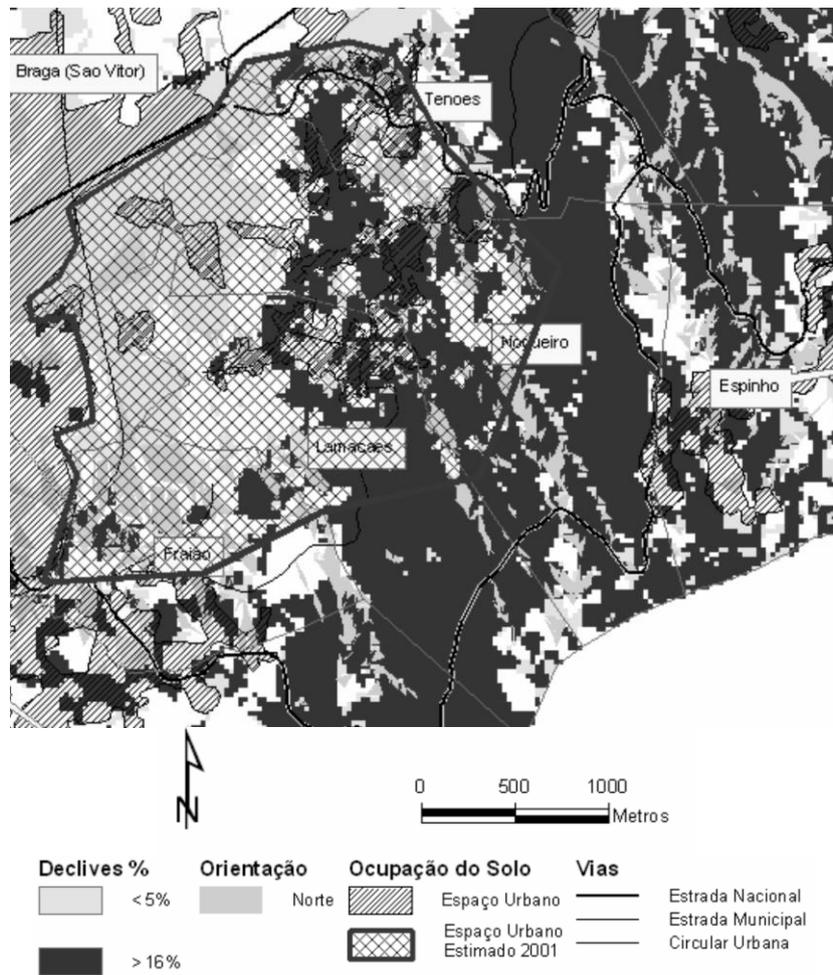


Figura 4 - Espaço urbano vs. inaptidão ecológica à edificação no Vale de Lameças
Fonte: Teles e Laranjeira (2004)



Figura 5: Rede hidrográfica e valeiros

A transformação fisionômica da encosta

Na encosta onde decorreu a investigação continua consolidando-se um novo recorte fisionômico de paisagem, entre a perspectiva de atração, que apela ao retorno idílico da natureza com vista sobranceira sobre a cidade, e a efetiva ocupação dos lotes que sobram dos antigos socalcos das quintas, hoje urbanizáveis. Visto de baixo, próximo do rio, as construções vão ombreando entre si, adensando-se em direção a um ambiente que entra em contradição com a motivação do movimento inicial (Figura 6). Quem chega por último à encosta tem de pagar cada vez mais para usufruir cada vez menos do que inicialmente se prometia. Resta-lhe, no entanto, o elemento nobilitador da contiguidade, que exerce sobre o imaginário do novo locatário, um fator de identidade social reforçado, todavia, sem o calor da vizinhança.



Figura 6: Diferentes perspectivas visuais da encosta do Bom Jesus

As velhas casas de pedra vão-se isolando como um resíduo face ao traçado das infraestruturas viárias destinadas às novas urbanizações, na sua última versão mais recente, em banda geminadas. O luxo aparenta ter-se tornado mais acessível a um maior número de potenciais locatários. As primitivas construções em breve irão ser abandonadas e demolidas, quando os seus residentes mais idosos deixarem definitivamente o local. Seja porque a idade o determina, sinal visível na horta de cultivo abandonada, seja, porque, entretanto, surgiu uma oferta “irrecusável”, de troca de residência por um novo apartamento devoluto, na parte baixa da cidade, adicionado de mais uns “tocos” (Figura 7)

As paisagens locais compõem-se igualmente dos primitivos caminhos rurais, originalmente adossados à topografia, que agora se encontra profundamente alterada pela construção. Estas ramificam-se em vias subsidiárias de acesso aos campos, quantas vezes sem saída, e que foram, entretanto, asfaltadas e, de cujas ligações às edificações mais isoladas, se estabeleceram inúmeros impasses viários. Sobre elas foram executadas retificações mínimas, pelo que a sinuosidade original destinada a vencer os declives acentuados se mantém, em muitos casos, digam-se, debruadas por altos

muros, ou aterros, sem qualquer espaço para circulação de peões (Figura 8). As novas ruas porém, dos conjuntos “em banda” estão dotadas destas infraestruturas, exibindo já disposições geometrizadas do traçado que, por outro lado, têm maior impacto visual na paisagem (Figura 9).



Figura 7: Velhas e novas moradias



Figura 8: Vista aérea de casas e seus arruamentos



Figura 9: Vista aérea de novas moradias em banda

Ironicamente estamos perante a expressão, diríamos, de uma espécie de “cidade-jardim” informal, onde a espontaneidade do desenho urbano, embora não planeada, evoca o doutrinário *howardiano*. Contudo, uma das principais características da urbanização da encosta é precisamente a ausência de espaço público e a insuficiência de infraestruturas coletivas. Desse passado comunitário apenas restam alguns apontamentos, como o tanque público e os fontanários subutilizados e um ou outro café, onde somente se reúnem alguns reformados.

Se observarmos com atenção, percebemos que a maior parte da cobertura vegetal que não corresponde ao nível florestal da chamada *bouça* – frente de expansão da urbanização para as cotas mais elevadas – é constituída, quase que em exclusivo, por jardins privados. Uma mancha que se caracteriza, ela própria, por um tipo de construção – moradia unifamiliar – de um ou dois pisos, com piscinas frequentes e amplas superfícies arrelvadas.

De facto, o processo da crescente densidade da paisagem reflete a introdução de *nuances* no plano urbano informal. Desde logo, porque se tem vindo a sentir a proliferação de pequenas urbanizações de moradias geminadas e “em banda”, como já o referimos, mas também ao aproveitamento de intensivo dos espaços sobrantes, quantas vezes nos interstícios irregulares de remate dos lotes.

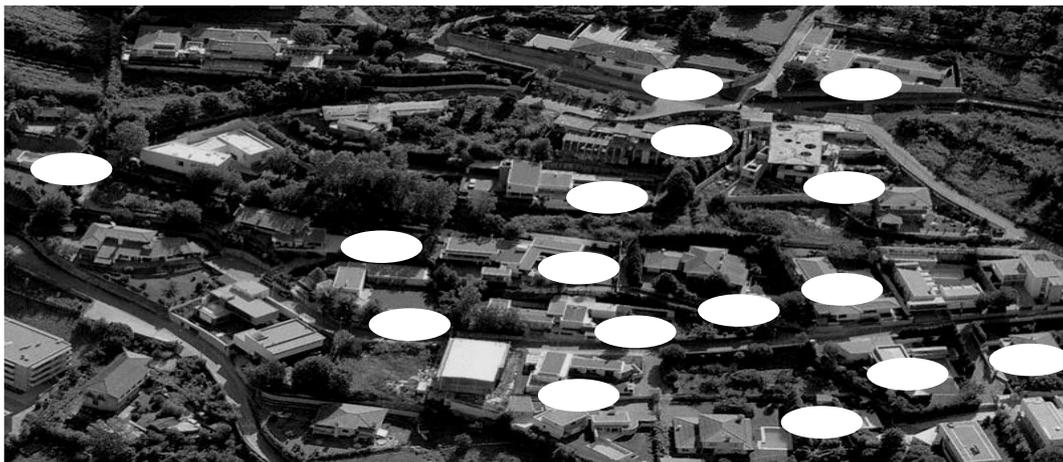


Figura 10: Vista aérea com sinalização das piscinas privadas.

3.2. Identidade social e caracterização socioeconómica dos novos moradores

Pode inscrever-se a identidade dos novos moradores com recurso às teorias de desigualdade social, tanto nas suas formulações clássicas como nas suas formulações modernas. Nestas teorias os estratos sociais ou classes ordenam-se em função da propriedade e seu valor, mas também no valor da sua força de trabalho ligada à valia política, social e técnica da profissão desempenhada. Na verdade, a identidade dos indivíduos acaba estar mediada pela relação que estabelecem com o trabalho. Tal como mostram as teorias multidimensionais da estratificação social, o rendimento, o

prestígio, o nível de escolaridade e o tipo de profissão são como atributos conectados que dão consistência ao status de cada um e das categorias e grupos a que pertence (MILLS, 1959; GOLDTHORPE, 1966; BARBER, 1968; GIDDENS, 1975).

Como facilmente se poderá verificar *in loco*, existem três tipos de moradores: os que residem nas casas originais do mundo rural, que têm as crianças na escola local e fazem a sua vida social na freguesia; os que residem em moradias em banda construídas em lotes menos atrativos e genericamente iguais entre si e que são, sobretudo, pessoas de classe média que saíram de apartamentos pequenos ou de fraca qualidade; e os que residem nas moradias de luxo construídas nos antigos terrenos de cultivo. São estes últimos moradores da zona a que chamamos de “favela dos ricos”⁶.

Ora o processo que levou à recente fase da urbanização da encosta do Bom Jesus parece mostrar que novas formas de desigualdade devem ser levadas em conta, tendo em conta a diferenciação social dos habitantes em função do tipo de moradia possuído. De todas a principal forma de diferenciação dos moradores da “favela dos ricos” talvez seja a ascensão do “conhecimento” no processo de estratificação, quando vertido em profissões ou carreiras profissionais de topo, condição de acesso a posições sociais mais elevadas, em função do poder aquisitivo proporcionado. O capital social alcançado com base em elevados níveis de escolarização (capital escolar) é de facto uma das principais características dos moradores da encosta. Tal como mostram os dados 76% dos proprietários possuem pelo menos o grau de licenciado. Em concreto os dados mostram a seguinte distribuição: 20% com mestrado ou doutoramento; 56% com licenciatura; 4% ensino médio; 12% ensino secundário; 8% ensino básico.

Existem, por conseguinte, razões para inscrever a identidade da maioria dos moradores a partir do conceito de elite, tal como é entendido no quadro das ciências sociais. Segundo Travis Jr (1986, p.389) são “pessoas que, numa sociedade qualquer, ocupam posições eminentes. Mais especificamente, designa um grupo de pessoas eminentes num determinado campo – principalmente a minoria governante”⁷. Portanto, nem todas as pessoas ou grupos sociais podem ser qualificados como membros de uma elite, como decorre das teses de alguns autores já clássicos como Pareto (1966), Giddens (1975), Mills (1985) ou Cherkaoui (1995).

⁶ Mas será que é preciso ter uma fortuna colossal para fazer parte do clube dos ricos? Se recorrermos a Max Weber (1991) podemos relacionar a situação de classe com as oportunidades, interesses semelhantes e proximidade relacional entre indivíduos olhando, por exemplo, para o nível em que detém a propriedade dos meios de produção, para a sua capacidade de consumo ou para a qualificação do serviço que prestam. Os indivíduos mais ricos da sociedade podem pertencer às “classes proprietárias positivamente privilegiadas”, formadas tipicamente por proprietários, e às “classes aquisitivas positivamente privilegiadas”, compostas por empresários e, em certas circunstâncias, profissionais liberais e trabalhadores altamente qualificados.

⁷ O conceito de elite foi originariamente usado por Vilfredo Pareto (1966), que definiu a elite ou as elites de duas maneiras distintas, mas complementares. A primeira, baseada na desigualdade, em que a elite é conceptualizada como um categoria social composta pelos indivíduos de reputação mais elevada em seu ramo de atividade (os homens de Estado, oficiais superiores, eruditos, artistas) A segunda, baseada no poder, em que “a elite é formada pelos que exercem funções dirigentes, políticas ou sociais” (CHERKAOUI, 1995: 126).

A análise dos dados recolhidos mostra que, inequivocamente, estamos na presença de indivíduos (e famílias) que se mobilizaram socialmente no sentido ascendente. A sua ascensão mostra que a estrutura das classes sociais, a estratificação social, não é rígida e que permite que às classes mais abastadas cheguem indivíduos provenientes das classes consideradas inferiores. Essa estratificação em Pareto (1966) é usada no sentido de uma separação entre a elite e a não-elite e utilizada para tentar explicar a origem e a circulação das elites na sociedade. Para este autor a elite é formada, por assim dizer, pelos indivíduos com maior mérito ou sucesso (mais eficientes e eficazes) nas suas atividades. As elites renovam-se e reproduzem-se através do recrutamento dos elementos mais competentes, qualificados e capacitados das classes inferiores embora se admita que a conservação do lugar não esteja assegurada para as futuras gerações dos indivíduos que ascenderam à elite⁸.

É muito provável que uma boa parte dos novos habitantes da encosta tenha começado em ocupações profissionais, que exigiram um curso superior, formação complementada com posterior pós-graduação (mestrado ou doutoramento), os quais fizeram das suas profissões oportunidades de ascensão profissional, aproveitando o impulso do crescimento económico, relacionado também com as mudanças tecnológicas, para entrarem em processo de mobilidade social ascendente. No caso concreto, parece que as estratégias de mobilidade social por componente ocupacional/profissional se fizeram bem mais pelo emprego no sector público que no sector privado, no qual as possibilidades de ascender e permanecer são mais estáveis, por estar menos sujeito às crises económicas e aos ajustamentos ditados pelo mercado. Da análise da situação profissional dos moradores (que se assumiram como chefes de família) resulta evidente que, pelo menos 80%, não podem ser incluídos na classe dos exploradores capitalistas dado que retiram os seus rendimentos da sua própria força de trabalho, seja por conta própria (48,9%) ou por conta de outrem (13,3%). Aqueles que, hipoteticamente, poderiam incluir-se no patronado são cerca de 20%, com as restantes situações a cifrarem-se em 17,8%. Os dados mostram que 41% das famílias dispõem de rendimentos líquidos entre 45.000,00€ e 75.000,00€ anuais e que acima deste limite estão cerca de 23,1% das famílias, valores claramente superiores à média nacional (28,737,40€ em 2015). São, todavia, valores

⁸ Por exemplo, Émile Durkheim (1991), considera que a hierarquização da sociedade e as diferenças entre indivíduos encontra justificação moral nas necessidades de especialização funcional, pelo que deve ser o mérito a determinar a ocupação dos estratos sociais superiores. Para este autor a desigualdade social deriva das “desigualdades naturais”, que estão relacionadas com o talento e a qualificação dos indivíduos, e as desigualdades impostas exteriormente, que estão relacionadas com as imposições institucionais, normas, leis e regulamentação do exercício da profissão, as qualificações requeridas para aceder a certas profissões para ela e, principalmente, as heranças, estas últimas tidas como indesejáveis. Para Pierre Bourdieu (1979), são o volume, a composição e a trajetória dos capitais económicos e culturais a determinar a posição dos indivíduos na estrutura social, podendo decorrerem dos atributos pessoais ou dos processos de transmissão intergeracional desses capitais.

insuficientes para permitirem acumulações de capital, por forma a que se possa incluir a larga maioria das famílias na classe capitalista.

Mas será que é preciso ter uma fortuna colossal para fazer parte do clube dos ricos? Se recorrermos a Max Weber (1991) podemos relacionar a situação de classe com as oportunidades, interesses semelhantes e proximidade relacional entre indivíduos olhando, por exemplo, para o nível em que detém a propriedade dos meios de produção, para a sua capacidade de consumo ou para a qualificação do serviço que prestam. Os indivíduos mais ricos da sociedade podem pertencer às “classes proprietárias positivamente privilegiadas”, formadas tipicamente por proprietários, e às “classes aquisitivas positivamente privilegiadas”, compostas por empresários e, em certas circunstâncias, profissionais liberais e trabalhadores altamente qualificados.

Em regra, podemos considerar que a situação de classe dos indivíduos é uma situação de mercado influenciada por diversos fatores que podem ter pouca relação com a atividade económica individual. Por exemplo, o espaço de relações dos indivíduos e também o espaço geográfico onde se movimentam ou ocupam. Os resultados obtidos apontam uma associação entre esses fatores, na medida em que morar na encosta do Bom Jesus reflete as oportunidades educacionais ou ocupacionais, bem como a correspondente melhoria dos rendimentos das famílias residentes, o que permite relacionar a classe social com as formas de sociabilidade proporcionadas pela ocupação do espaço. Afinal de contas provando que o espaço geográfico organiza e localiza os grupos sociais. Por essa razão, é possível estabelecer uma conexão entre a mobilidade espacial e a mobilidade social dos indivíduos.

No caso dos moradores da “favela dos ricos”, parece evidente que nos confrontamos com fenómenos de mobilidade geográfica urbana e rural que atestam a mobilidade social ascendente dos filhos dos velhos agricultores, comerciantes, artesãos ou funcionários administrativos, que se tornaram executivos, empresários da construção civil e da indústria, programadores informáticos, professores universitários, atores e músicos famosos. Ou seja, as elites tradicionais bracarenses deixaram de contar apenas com os tradicionais proprietários capitalistas e passaram a integrar os quadros superiores das empresas e das instituições públicas. Sem dúvida, devido ao facto de as novas tecnologias recompensarem mais o conhecimento e a capacidade de gestão do que a posse de bens imóveis e os lucros do pequeno negócio de família. Neste caso, o processo de mobilidade social não exigiu para 52% dos moradores da encosta senão uma pequena deslocação territorial para mudança residencial, visto que “migraram” de outras zonas da própria cidade de Braga. De acordo com a tipologia proposta por Marques Bessa (2008) podem ser incluídos tanto nas elites simbólicas, como nas elites ideológicas. Por um lado, tratam-se de indivíduos que representam dados modos de agir, ou estilo de vida socialmente reconhecidos e/ou pensadores, intelectuais, letrados e universitários interventores, jornalistas influentes, produtores e vendedores de ideias e projetos.

3.3. A nova fisionomia da encosta. Moradias de luxo, segregação residencial e descompromisso social

O processo de mobilidade espacial permite olhar a “encosta sagrada” de Braga como um fenómeno de dualização sócio-espacial, uma vez que do ponto de vista social a mesma se encontra agora repartida entre a classe popular (os antigos moradores) e as elites privilegiadas (novos moradores). Dessa “mistura” parece resultar um processo de segregação espacial por classe, que mais não é que uma mostra das profundas desigualdades que marcam a sociedade portuguesa. Também, parece também demonstrar que a distância social nem sempre se traduz em distância espacial, ou mesmo que a pertença ao mesmo estatuto social nem sempre é acompanhada pela correspondente aproximação relacional ou afetiva.

Na verdade, esta investigação permite falar de uma topologia social onde é apenas aparente a sobreposição do espaço social e do espaço territorial, pois a estrutura das relações sociais revela uma dupla segregação social. Por um lado, devido à distância social existente entre os antigos e os novos moradores que coloca cada uma das classes nos seus lugares de classe, mesmo que a partilha do espaço territorial exista, mas também, por outro lado, devido ao isolamento físico e relacional entre os novos moradores. Social. Quer dizer, a ausência ou frivolidade das relações de interação social entre os novos moradores e entre estes e os antigos moradores, mostra como podem ser fortes as barreiras construídas com base nas diferenças culturais, estilos de vida, poder, profissão, pertença ao lugar. Retirados da imprensa local alguns excertos dos testemunhos recolhidos por jornalistas que visitaram a “favela dos ricos” ilustram na perfeição o atrás referido: *Daqui para a frente, só encontra casas que parecem prisões*”; *“As famílias vivem em Lamações mas é como se não vivessem*”; *“Não estão recenseados aqui, as crianças não frequentam o centro escolar público, não frequentam a catequese da paróquia e as famílias não vão à missa da freguesia*”; *“Sem moradias à venda, a vida na encosta da Serra de Espinho, parece pacífica. Às 15:00 de um dia de semana, quando se toca à campainha, é a empregada que responde*”; *“Mulheres de países de Leste, brasileiras e portuguesas, as empregadas limitam-se a dizer que “os senhores não estão em casa” e que não sabem a que horas voltam. Durante o dia, a ‘favela’ é um local com ruas vazias, sem automóveis e com muito sossego*”; *“A ideia que dá é que os vizinhos nem se conhecem. Cada um tem a sua piscina, o seu terraço, quem tem crianças, instala um parque infantil no jardim e vivem dentro do seu lote de terreno (...) Eu só conheço as minhas colegas de as ver a colocar o lixo na rua e pouco mais, mas olhe que as famílias são felizes aqui”*

Pode dizer-se que os últimos 30 anos marcaram de forma nítida a transformação do espaço de uma encosta tipicamente rural para a encosta de moradias de luxo para as novas elites, devido ao acesso ao espaço por parte das novas elites que no dealbar do séc. XXI puderam reforçar a sua

presença na encosta. Nesse espaço temporal foram construídas cerca de 72% das moradias, enquanto, por exemplo, até há 30 anos apenas tinham sido construídas cerca de 12%, ou se quisermos no espaço de menos de 30 anos assistimos a um crescimento exponencial do número de moradias na zona da encosta, que deram um novo rosto à paisagem com a sobreposição de moradias e o encurtamento da distância entre elas, que desembocou na aglomeração urbana algo caótica que hoje caracteriza aquela zona da cidade de Braga.

Quem percorrer a zona das novas moradias poderá verificar que se tratam de vivendas de tipo unifamiliar, que podemos classificar de “alto luxo”, com espaços ajardinados, bons materiais, agradáveis à vista e harmoniosas, obedecendo a *designs* que as tornam únicas no espaço circundante. Cerca de 92% são moradias isoladas (as restantes 8% são vivendas geminadas e em banda), representando essa singularidade a distinção que os seus proprietários querem afirmar como símbolo do seu novo estatuto social, seja perante a sua situação habitacional anterior, com os seus vizinhos com quem partilham a condição estatutária e com os moradores antigos que, em regra, não se enquadram nesse estatuto.

É no mesmo registo de distancia social que se pode compreender o facto de mais de 60% dos moradores inquiridos não estarem recenseados como eleitores da freguesia onde se localiza a moradia, nem tão pouco participarem nos acontecimentos religiosos e sociais que nela se realizam (92%), seja por falta interesse, disponibilidade, tempo ou mesmo que não discorra nenhuma razão para que tal não aconteça. A fraca ou nula interação entre os novos e entre estes e os antigos moradores ganha também aqui a sua razão de ser, podendo interpretar-se este alheamento a uma recusa de partilhar tempo e espaço em interações sociais, que não são sequer imaginadas para ocorrerem, como mais um símbolo da posição social ocupada, em que o valor simbólico da moradia não se traduz numa valorização do espaço social onde a mesma se insere.

Além disso, são relativamente poucos os moradores que aduzem razões práticas e objetivas relacionadas com outras proximidades ou acessibilidades, designadamente às escolas (16,3%), zonas comerciais (18,4%), serviços de saúde (4,1%), serviços públicos (2,1%), zonas de lazer (6,1%), transportes públicos (2%) ou mesmo que adquiriram as moradias como forma de investimento no imobiliário (14,3%). Estes indicadores mostram bem, conjuntamente com o facto de também não serem relevantes as percentagens dos que escolheram viver na encosta para se aproximarem de amigos (2%) ou familiares próximos (4,1%), que para os novos moradores a mudança física também se junta ou se cruza com a mudança relacional. Portanto, quem migrou para a encosta não o fez pelos laços sociais ou de sangue ou de amizade. Fê-lo para afirmar a sua pertença à elite, pelo que representa não apenas a sua mobilidade social ascendente mas também parece representar um corte com as relações sociais anteriores. Tal ilação parece ser reforçada com o facto das deslocações para a encosta terem sido do ponto de vista da distância geográfica pouco

significativas para a maioria dos novos moradores, dado que se deslocaram da cidade do interior da cidade para a periferia qualificada que a encosta representa, pelo que a moradia é de facto uma troca de habitação, eventualmente a saída de um apartamento próprio ou alugado que não já não representava condignamente a nova condição social entretanto alcançada.

Efetivamente, as principais razões aduzidas pelos novos moradores para se instalarem na encosta são apenas duas que se cruzam amiúde: gostar da zona (65,3%) e as “vistas panorâmicas” (59,2%), seguidas, a já considerável distância, pela proximidade ao emprego (28,6%). Simbolicamente as “vistas panorâmicas” representam uma posição de dominação sobre as outras habitações da cidade que se espraia pelo vale à sua frente e sob o domínio sobranceiro do seu olhar de gente da elite. Além de que cada casa também parece simbolizar em termos arquitetónicos a criatividade dos seus moradores, bem expressa no facto de a construção da maioria ter obedecido a ideias próprias que foram posteriormente incorporadas por construtores (10%) ou por arquitetos contratados para esse efeito (66%). Apenas 22% das moradias foram compradas definitivamente construídas.

Para concluir, os dados recolhidos também mostram que no plano económico parte da capacidade financeira de várias famílias são provenientes de mais de uma ocupação, o que também se pode considerar uma das características dos novos moradores. Além do trabalho nas empresas ou na administração pública por conta de outrem, alguns exercem também outras atividades de trabalho por conta própria, em regime de profissão liberal acumulando atividades profissionais.

3.4. As moradias e suas características. O caso particular da eficiência energética

São moradias com grandes áreas de construção, com cerca de 81% das mesmas a terem áreas de construção superiores a 150 metros quadrados, com particular relevância de 54% terem áreas superiores a 350 metros quadrados. São pois moradias espaçosas, com 2 e 3 pisos incluindo amplas caves com amplas garagens para todas as viaturas da família, não raramente ultrapassando 2 veículos. Possuem pelo menos 3 quartos de dormir, com destaque para o facto de 80% possuírem 4 quartos (53%) e 5 quartos (26,5%), algo que está bem além das necessidades específicas da maioria das famílias cuja composição raramente ultrapassa 4 elementos, predominando a tradicional família nuclear, pai, mãe e 2 filhos (cerca de 80% das famílias residentes), os quais em muitos casos já em idade adulta, sendo que em 50% das famílias já não existem crianças.

Isso também dá um traço específico às famílias residentes em termos etários na medida em que a média da idade dos proprietários está entre os 55 e os 60 anos, mostrando que se tratam de pessoas que terão atingido o auge das suas carreiras profissionais nos últimos anos altura em que ganharam pujança económica suficiente ou capacidade de endividamento bancário para se

abalancarem na aquisição da casa sonhada. As moradias são “viradas para dentro”, com muros altos e sebes que impedem a “invasão” da privacidade aos olhares indiscretos de quem passa e mesmo de quem vive na casa da frente ou do lado. Essa privacidade é reveladora de um estilo de vida próprio que tem no isolamento face aos estranhos e vizinhos um dos seus pontos-chave. Os moradores preferem ostentar a casa, qualidade e beleza das mesmas, resguardando dos olhares dos estranhos a sua exposição pessoal e familiar, conforto material e espiritual.

Como atrás referimos, a maioria das casas têm grandes áreas de construção e incluem jardins, piscinas e anexos, aparentando ter sido construídas com materiais de alta qualidade. No entanto, sabemos que não é só o tamanho e os materiais de construção usados que afetam diretamente o consumo global de energia. O comportamento dos locatários também é um dos fatores fundamentais. Portanto, os dados recolhidos relativos às atitudes e percepções dos moradores, permitem também entender a sua consciência e responsabilidade para com a questão do utilização e da eficiência energética. Os dados recolhidos mostram que a conta de energia mensal do agregado familiar médio ultrapassa 180€/mês em termos de consumo de eletricidade, rubrica que tem a maior fatia. Dados do Instituto Nacional de Estatística publicados no “Inquérito ao Consumo de Energia no Sector Doméstico”, realizado entre Outubro de 2009 e Setembro de 2010 (INE-DGEG, 2011) indicaram que cerca 70€/mês como o valor gasto pelas famílias portuguesas em energia, valor apurado sem os custos dos combustíveis para transporte particular (carro próprio). Portanto, apesar de algum desfasamento temporal, os resultados aqui apresentados sugerem que os moradores inquiridos consomem bastante mais do que a média da população portuguesa. Este indicador parece revelar que as famílias de estatuto social elevado não se comportam de forma ambientalmente consciente em termos de consumo de energia.

Para saber mais sobre as atitudes dos moradores da “favela dos ricos” em relação ao uso de sistemas de aquecimento (no Inverno) e sistemas de refrigeração (no Verão), foi-lhes apresentada uma lista de sistemas alternativos com múltipla escolha. Os resultados mostram que a maioria dos agregados (55%) utiliza apenas um sistema de aquecimento enquanto 39% utilizam dois sistemas. O aquecimento central é o sistema mais utilizado (76%). Em cerca de 22% das moradias usam-se aparelhos de ar condicionado e 12% radiadores. A lareira é o sistema mais frequentemente combinado com outros sistemas de aquecimento. Os sistemas de aquecimento são mais frequentemente usados durante a noite. Apenas 12,5% dos moradores afirmou manter ligado o principal sistema de aquecimento durante "todo o dia", enquanto 50% afirma ligá-lo durante a tarde e noite. No Verão, para arrefecer a casa, 69% dos moradores usam ventilação natural, enquanto 45% usa aparelhos de ar condicionado, sendo que a sua combinação é adotada por cerca de 33%. Apesar de ser a opção mais utilizada para refrescar a casa apenas 12% dos inquiridos afirmam que a usam durante "todo o dia". Em contraste 5% nunca ou raramente ventila suas casas.

Apesar de tantas campanhas realizadas para informar as pessoas sobre a importância das novas tecnologias solares para a poupança de energia e salvaguarda do meio ambiente, os resultados mostram que a grande maioria (80%) das casas não tem tecnologia solar implementada. Sendo a maioria das casas construídas recentemente e os seus moradores pertencentes às classes média alta e alta, seria de esperar encontrar um grande número de adotantes da tecnologia solar. No entanto, apenas um pequeno número declarou ter investido em pelo menos uma tecnologia solar, curiosamente os pertencentes à classe etária mais avançada. Entre os que não têm qualquer tecnologia solar implementada a maioria parece receptiva à sua uma implementação futura (53,4%), enquanto 20,5% e 23,1% consideraram que "não farão" ou que "não sabem se o irão fazer", respectivamente.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A paisagem da encosta do Bom Jesus distingue-se pela sua beleza e originalidade. Contudo, na atualidade, tal já não se deve às características mediterrânicas do povoamento alcandorado, em declives acentuados, que tantas vezes substitui as ruas por escadarias, ou mesmo, nos recorda o povoamento de encosta verificável nas serranias do interior minhoto, especialmente nas áreas de transição para Trás-os-Montes - quer num caso quer noutra, de povoamento concentrado - mas agora pelo efeito do alastramento inexorável da urbanização, fragmentada e densa, que tem marcado o noroeste português nas últimas décadas de poder autárquico. Neste caso em concreto, estamos perante um processo de urbanização marcado por razões de natureza hedonista, na medida em que as razões dos novos moradores estão relacionadas com avaliações subjetivadas com base em valores estéticos, com encanto e a beleza do lugar a serem, antes de mais, aquilo que os mobilizou para comparem ou construírem moradias na encosta do Bom Jesus. Curiosamente, são justamente o encanto e beleza do local que se estão perdendo com o processo de urbanização em curso. E, paradoxalmente, a memória rural que fazia parte do atrativo inicial tende agora a tornar-se num elemento repulsivo e motivo de amnésia. Tudo o que o evoca, ou tem a ver com isso é rejeitado. Ao contrário dos elementos da arquitetura vernácula, ligados ao antecedente labor agrícola, proliferam agora as linhas arquitetônicas austeras e depuradas, próprias de outras paragens e das referências a um modernismo tardio. Algumas dessas casas tradicionais são hoje objeto de profundas alterações, quando não, sobram apenas alguns apontamentos ou citações das estruturas originais.

A chegada das famílias das nova elite urbanas à encosta do Bom Jesus é uma marca do desenvolvimento do processo de ascensão social que foi estimulado pelo crescimento económico português e, particularmente, da cidade de Braga, dos últimos 30 anos. É também marca do desenvolvimento de um processo de mobilidade social que parece associado a estratégias de

aquisição de escolaridade de nível superior por parte do indivíduos das classes médias citadinas e rurais, que decorrem sobretudo da aposta dos seus progenitores na escolarização académica. Trata-se, pois, de mobilidade social ascendente, que a democratização política do país acabou por proporcionar a muitos indivíduos dos estratos sociais médio e médio-baixo.

Parece claro que a maioria dos membros da nova elite que rumaram à encosta do Bom Jesus não são oriundos de posições de classe herdada, mas sujeitos envolvidos em processos de mobilidade social ascendente face às famílias de origem, devido ao carácter seletivo que se observa através dos principais indicadores de posição social: escolaridade elevada, rendimentos elevados no contexto português, a que correspondem profissões de topo, seja na esfera pública seja na esfera privada. Para todos a moradia de luxo localizada na encosta do Bom Jesus, escolhida como lugar adequado para as novas elites bracarenses, simboliza sobretudo o triunfo obtido com a ascensão social, culminando o processo de mobilidade iniciado nos bancos dos liceus do pré-25 de Abril e das universidades no pós-25 de Abril de 1974 (data da revolução democrática) e, posteriormente, em carreiras profissionais sólidas e bem remuneradas.

Digamos que os moradores da “favela dos ricos” são os filhos diletos do progresso social e económico, ocorrido com o desenvolvimento do capitalismo, da democracia política e do acesso ao sistema educativo durante os finais do século XX, fatores que trouxeram novas condições que levaram à diminuição do operariado industrial e ao surgimento e crescimento de camadas intermediárias que passaram a absorver funções especializadas dentro das empresas, dando origem às chamadas classes médias altas. A sua ida para a encosta do Bom Jesus marca o traço distintivo da sua nova identidade social, seja em termos de partilha de um espaço comum, embora não comungado, assumindo bem mais a pertença a uma classe privilegiada que a pertença a um espaço coletivo partilhado por relações de vizinhança, convívio, ajuda, solidariedade entre pares. O mesmo se pode inferir do fechamento social que revelam perante os moradores mais antigos, com os quais também pouca ou nenhuma interação se verifica. Esse comportamento mostra a formação de um padrão de comportamento cultural, que se vai estruturando e que funciona como mecanismo de fechamento social. Além disso, em termos ambientais, os dados mostram que apesar do elevado capital cultural, económico e simbólico dos moradores tal não parece ser relevante para a adoção de medidas de conservação de energia, tais como a implementação de tecnologias solares ou de outras práticas de eficiência energética. Situação que remete para a necessidade de sensibilização e promoção de educação ambiental para quem compra ou constrói uma moradia, que teoricamente deveria ser dependente do estatuto social do adquirente.

Finalmente, deixamos uma breve reflexão sobre o futuro da conservação das moradias e da própria área envolvente. De facto, atendendo a que os filhos da maioria dos atuais proprietários se defrontarão com fatores de competitividade acrescida em termos profissionais, não estando

garantida a sua sucessão por herança da posição social ocupada pelos pais, é bem possível que no futuro o espaço da encosta do Bom Jesus agora ocupado pelas moradias de luxo sofra uma transformação substancial em termos sociais, demográficos e até ambientais. Convém não esquecer, por exemplo, que os filhos terão de repartir entre si as moradias em termos de herança o que provoca problemas de divisão e avaliação, sobretudo se os mesmos não vierem a dispor das condições necessárias à sua manutenção na elite para onde circularam os seus pais.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem a Américo Castro, André Lima, César Guimarães, José Ribeiro, José Salgado a preciosa colaboração prestada na entrega, aplicação e recolha dos questionários aplicados aos moradores da urbanização onde decorreu a investigação realizada que permitiu a concretização deste artigo.

REFREÊNCIAS

- BANDEIRA, M. M. **O Espaço Urbano de Braga - obras públicas, urbanismo e planeamento (1790 - 1974) - A cidade dos finais do 'Antigo Regime' ao advento da 'II República**. 2001 - Tese (Doutorado). Instituto de Ciências Sociais Universidade do Minho, (3 v.), Braga, 2001.
- BANDEIRA, M. M. Três mitos visuais de Braga – um ensaio em geografia cultural/. In: MARTINS, M. L. (org.), **Caminhos nas Ciências Sociais - memória, mudança social e razão. Estudos em homenagem a Manuel da Silva Costa**. Coimbra: Grácio: Editor/UM, p. 19-30, 2010.
- BARBER, B. Social Stratification: introduction. In: **International Encyclopedia of Social Sciences**, v.15. New York: Collier-Macmillan, p. 1968.
- BESSA, M. **Elites e Movimentos Sociais**. Lisboa: Universidade Aberta. 2002. 172 p.
- BOTTOMORE, T. **As Elites e a Sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar Editores.1965. 160 p.
- BOURDIEU, P. **La distinction: critique sociale du jugement**. Paris: Éditions du Minuit, 1979. 672 p.
- BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Simbólico. Lisboa: Difel, 1989. 328 p.
- CHERKAOUI, M. Estratificação. In: BOUDON, R. (Org.). **Tratado de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1995. p.107-165.
- DAHRENDORF, R. **As Classes Sociais e os seus Conflitos na Sociedade Industrial**, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982. 288 p.
- DOMINGUES, A. **A Rua da Estrada**. Porto: Dafne Editora. 2009. 259 p.
- DOMINGUES, A. **Vida no Campo**. Porto: Dafne Editora, 2011, 319 p.
- DURKHEIM, E. **A Divisão do Trabalho Social**. Lisboa: Editorial Presença, 1991.
- FREITAS, C. **A Qualidade do Ambiente Urbano em Vale de Lamações (Braga) – uma análise sobre o ambiente no ordenamento municipal urbano**. Relatório do Seminário em Ambiente e

Ordenamento (Licenciatura). Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho (1999/2000); (policopiado), 98 p. + anexos, Guimarães, 2000.

FREITAS, C.; LARANJEIRA, A. A percepção da qualidade do ambiente urbano em Vale de Lamações (Braga), IN: ANDERSEN, COELHO, ARROJA (Eds), *VII Conferência Nacional sobre a Qualidade do Ambiente*, Universidade de Aveiro – Departamento de Ambiente e Ordenamento, Aveiro, p. 759-767, 2001.

GIDDENS, A. **The class structure of advanced societies**. London: Harper & Row, 1975. 336 p.

GOLDTHORPE, J. H. Social stratification in industrial society. In: BENDIX, R.; LIPSET, S. (eds.). **Class, status and power**. Nova York: Free Press, p. 648-659, 1975.

INE-DGEG. **Inquérito ao Consumo de Energia no Sector Doméstico 2010**. Lisboa: INE, I.P./DGEG, 2011.

LARANJEIRA, M.; TELES, V. **Alterações da dinâmica biofísica decorrentes da recente expansão urbana no concelho de Braga**, 2006. Disponível em: http://www.apgeo.pt/files/docs/CD_V_Congresso_APG/web/pdf/B5_14Out_Virginia%20e%20Manuela.pdf [reacesso em 24 de maio de 2018]

LIPSET, S.; BENDIX, R. **Social mobility in industrial society**. Berkeley: The University of California Press. 1959. 309 p.

MAGALHÃES, M.R.; DIONÍSIO, J.; MOREIRA, A.M., Laranjeiro, S.D. A aptidão ecológica à edificação, **Lisboa Urbanismo**, n. 9, p. 8-11, 2000.

MILLS, W. **The power elite** (17ª ed.). Nova York: Oxford University, 1959. 448 p.

MOSCA, G. **The ruling class**. Nova York, McGraw-Hill, 1939. 573 p.

NICO, S. Da desigualdade de classe à desigualdade de conhecimento. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 42, p.101-112, 2000.

PARETO, W. **Sociological writings**. Nova York: Frederick A. Praeger, 1966. 344 p.

PEREIRA, A.R.; RAMOS, C.; LARANJEIRA, M. A Reserva Ecológica Nacional (REN): sua importância para o ambiente e o ordenamento do território, **Finisterra**, v. XXXV, n. 70, p. 7-40, 2000.

SANTOS A.C.; SALCEDO, I.H.; CANDEIAS, A.L. Relação entre o relevo e as classes texturais do solo na microbacia de Vaca Brava (PB). **Revista Brasileira de Cartografia**, n. 54, 86-94, 2002.

SAVAGE, M. **Class Analysis and Social Transformation**. Buckingham: Open University Press, 2000. 204 p.

TELES, V. **A (in)consciência dos riscos naturais em meio urbano. Estudo de caso: o risco de inundação no concelho de Braga**. Tese (Doutorado) 2010. 312 f. Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2010.

TELES, V. Riscos Naturais e Sociedade. Estudo de caso no concelho de Braga, **Territorium**, n. 8, p. 77-92, 2001.

TOURAINÉ, A. **Iguais e Diferentes Poderemos Viver Juntos?**. Lisboa: Instituto Piaget, 1998. 420 p.

TRAVIS JR., M. B. Elite. In: BENEDITO SILVA (Coord.), **Dicionário de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, p. 389, 1986.

TUMIN, M. **Estratificação Social: as formas e funções da desigualdade**. São Paulo: Pioneira, 1970. 165 p.

VAN RAAIJ, W.; VERHALLEN, T. A behavioural-model of residential energy use. **Journal of Economic Psychology**, v.3, n.1, p. 39-63, 1983.

WEBER, M. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva** (v.1). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991. 422 p.

WEBER, M. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1977. 530 p.

Documentos

VVs – *Vivendas de luxo na encosta do Bom Jesus* – Trabalho prático de Geografia Urbana (2º ano/2º semestre, ano lectivo 2007/08, Licenciatura em Geografia e Planeamento/ Departamento de Geografia/ Instituto de Ciências Sociais/ Universidade do Minho (estudantes: Américo Castro, André Lima, César Guimarães, José Ribeiro, e José Salgado; sob orientação de: Miguel Bandeira), (policop. 28pp+CD); Guimarães, Junho de 2008

Censos 2011- XV Recenseamento Geral da População, V Recenseamento Geral da Edificação, Resultados Preliminares, Estatísticas Oficiais, Instituto Nacional de Estatística), Lisboa – Portugal 2011

Relatório de Avaliação da Execução do Plano Diretor Municipal de Braga (2008), Gabinete de Comunicação da Câmara Municipal de Braga

Lamações: a nova cidade de Braga – “Público” – Edição de 10 de Março de 1991, in “Público local”.

Braga projecta segunda cidade – “Público” – Edição de 1 de Julho de 1993, in “Público local”.

Trabalho enviado em 01/06/2018

Trabalho aceito em 13/06/2018